

SUMÁRIO

PARTE I

O CARGO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL: PROCURADOR DA REPÚBLICA, MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI E ANDREY BORGES DE MENDONÇA

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO I - O CARGO E A CARREIRA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA..... | 55 |
| 1. O CARGO E A CARREIRA: CONFIGURAÇÃO ATUAL..... | 55 |
| 2. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CARGO E DA CARREIRA | 57 |
| 3. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA CARREIRA..... | |
| AS GARANTIAS INSTITUCIONAIS E FUNCIONAIS E AS VEDAÇÕES..... | 63 |
| 3.1. Princípios Institucionais | 65 |
| 3.1.1. Princípio da unidade e atuação dos membros do MP Estadual perante os Tribunais Superiores | 68 |
| 3.2. As garantias institucionais: autonomia funcional, administrativa e orçamentária..... | 71 |
| 3.2.1. Designação do Procurador-Geral..... | |
| Limitações à nomeação e destituição | 73 |
| 3.2.2. Ingresso por concurso público. | |
| Vedação ao Procurador da República “ad hoc” | 75 |
| 3.3. Garantias e vedações de seus membros..... | 77 |
| 3.3.1. Garantias | 77 |
| 3.3.1.1. Princípio do Procurador Natural..... | |
| Possibilidade de designações..... | 79 |
| 3.3.1.2. Foro por prerrogativa de função..... | 83 |
| 3.3.2. Vedações..... | 83 |
| 4. AS PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL..... | 90 |
| 4.1. As prerrogativas institucionais | 91 |
| 4.2. As prerrogativas processuais..... | 92 |
| CAPÍTULO II - LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA E ESTRUTURA INSTITUCIONAL. . | 97 |
| 1. VISÃO GERAL DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – LC 75/93..... | 97 |
| 1.1. Das disposições gerais a todos os ramos do MPU..... | 98 |
| 1.2. Das disposições estatutárias especiais | 100 |
| 1.2.1. Dos direitos | 100 |
| 1.2.2. Dos deveres e do regime disciplinar | 102 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2. | ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL..... | 103 |
| 2.1. | Visão geral dos órgãos do Ministério Público Federal..... | 103 |
| 2.2. | Dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público Federal | 107 |
| 2.2.1. | PGR..... | 107 |
| 2.2.1.1. | Atividades-fim..... | 107 |
| 2.2.1.2. | Atividades administrativas..... | 109 |
| 2.2.1.3. | Assessorias e Secretarias. Nova Estrutura do Gabinete do PGR..... | 109 |
| 2.2.2. | Colégio de Procuradores da República..... | 111 |
| 2.2.3. | Conselho Superior do Ministério Público Federal..... | 112 |
| 2.2.4. | Corregedoria do Ministério Público Federal..... | 113 |
| 2.2.5. | Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal. Nova Regulamentação..... | 115 |
| 2.2.6. | Conselho Institucional..... | 119 |
| 2.2.7. | Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão..... | 120 |

**CAPÍTULO III - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO CONTEXTO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO..... 125**

| | | |
|----------|---|-----|
| 1. | O SALTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DESAFIOS DELE RESULTANTES..... | 125 |
| 1.1. | As novas funções..... | 125 |
| 1.2. | O contexto sócio-político da CF/88 e as causas do salto institucional. | 126 |
| 1.3. | O contexto jurídico do movimento do acesso à justiça e o protagonismo do Ministério Público..... | 128 |
| 1.4. | As responsabilidades decorrentes do salto institucional..... | 129 |
| 2. | ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E A INSERÇÃO CONTEXTUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL..... | 130 |
| 2.1. | Visão geral da organização do Ministério Público brasileiro..... | 130 |
| 2.1.1. | A simetria com o Poder Judiciário..... | 131 |
| 2.1.2. | O Ministério Público e a estrutura federativa..... | 131 |
| 2.2. | Do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal..... | 132 |
| 2.2.1. | O Ministério Público junto ao TCU não integra o MPU..... | 133 |
| 2.3. | Do Conselho Nacional do Ministério Público..... | 134 |
| 2.3.1. | Composição e natureza..... | 134 |
| 2.3.2. | Competência..... | 135 |
| 2.3.2.1. | A importância da distinção entre a atuação administrativa e funcional para o controle exercido pelo CNMP..... | 135 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.3.2.2. | Da competência normativa do CNMP e dos conflitos com as normas internas do Ministério Público Federal | 136 |
| 2.3.2.3. | O CNMP e a fiscalização da atuação dos membros.. A Corregedoria | 137 |
| 2.3.3. | Do funcionamento do CNMP e das Ouvidorias | 138 |
| 3. | MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: UMA INSTITUIÇÃO COM MENTALIDADE RENOVADA E VISÃO ESTRATÉGICA..... | 139 |
| 3.1. | A percepção da necessidade de uma nova mentalidade após a CF/88 | 139 |
| 3.2. | Os principais entraves à revisão de mentalidade..... | 141 |
| 3.3. | O compromisso com o resultado social, a transparência, o planejamento e a eleição de prioridades | 142 |
| 3.4. | Avanços já alcançados pelo Ministério Público Federal | 143 |
| 3.5. | O planejamento estratégico | 146 |
| 4. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 148 |
| | GABARITO | 151 |

PARTE II A ATUAÇÃO CRIMINAL

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO I - DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PROCURADOR DA REPÚBLICA | 155 |
| 1. INTRODUÇÃO - FINALIDADE DO PROCESSO PENAL | 155 |
| 2. AS PRINCIPAIS FUNÇÕES NA ÁREA CRIMINAL..... | 156 |
| 2.1. Titular exclusivo da ação penal pública. Sistema acusatório | 156 |
| 2.1.1. Representação da autoridade policial e legitimidade do Ministério Público | 159 |
| 2.2. Investigação pelo Ministério Público..... | 162 |
| 2.3. Controle externo da atividade policial..... | 168 |
| 3. A ATUAÇÃO DO MP NA FASE INVESTIGATIVA..... | 173 |
| 3.1. Arquivamento das peças informativas..... | 173 |
| 3.2. Oferecimento imediato de denúncia..... | 174 |
| 3.3. Declínio de atribuições..... | 174 |
| 3.3.1. Conflito de atribuições..... | 176 |
| 3.4. Requisitar instauração de inquérito policial..... | 177 |
| 3.5. Instaurar Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Disciplina e regulamentação do PIC..... | 178 |
| 3.5.1. Instauração do PIC..... | 179 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.5.2. | Realização de Diligências. Prazo | 181 |
| 3.5.2.1. | SPEA..... | 183 |
| 3.5.3. | Publicidade. Hipóteses de decretação do sigilo | 183 |
| 3.5.3.1. | Atendimento a advogados e investigados..... | 185 |
| 3.5.4. | Da conclusão e do arquivamento do PIC | 185 |
| 4. | DO INQUÉRITO POLICIAL..... | 192 |
| 4.1. | Conceito e finalidade do inquérito policial | 192 |
| 4.2. | Atribuições da Polícia Federal. Exclusividade e inquéritos extrapoliciais..... | 193 |
| 4.3. | Função do Juiz Federal no Inquérito Policial | 194 |
| 4.4. | Natureza jurídica e características do inquérito policial | 195 |
| 4.4.1. | Características do inquérito policial | 196 |
| 4.4.1.1. | Escrito e inquisitivo | 196 |
| 4.4.1.2. | Procedimento sigiloso..... | 197 |
| 4.4.1.3. | Dispensável..... | 201 |
| 4.4.1.4. | Indisponibilidade do inquérito e a investigação preliminar | 201 |
| 4.5. | Instauração do Inquérito: fundamento e forma | 206 |
| 4.5.1. | Formas de instauração de inquérito policial | 207 |
| 4.5.1.1. | De ofício..... | 207 |
| 4.5.1.2. | Requisição do juiz..... | 208 |
| 4.5.1.3. | Requisição do Ministério Público..... | 208 |
| 4.5.1.3.1. | Requisição do Ministério Público e autoridade coatora em caso de HC..... | 210 |
| 4.5.1.3.2. | Prazo para instauração do inquérito policial em caso de requisição do MP..... | 210 |
| 4.5.1.4. | Requerimento da vítima | 210 |
| 4.5.1.4.1. | Indeferimento da representação da vítima | 211 |
| 4.5.1.5. | Requisição do Ministro da Justiça..... | 212 |
| 4.5.1.6. | Representação de qualquer do povo | 212 |
| 4.5.1.6.1. | Notícia anônima..... | 213 |
| 4.5.1.7. | Auto de Prisão em flagrante | 216 |
| 4.6. | Procedimento | 217 |
| 4.6.1. | Diligências pelo MP no inquérito?..... | 224 |
| 4.6.2. | Investigações no exterior: Interpol | 228 |
| 4.7. | Atuação do Ministério Público nos meios de obtenção de provas..... | 229 |
| 4.7.1. | Interceptação telefônica, telemática e ambiental. Comunicação privada armazenada..... | 229 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|--|-----|
| 4.7.2. | Quebra do sigilo bancário, Fiscal e telefônico. Simba e SITTEL..... | 236 |
| 4.7.3. | Colaboração premiada. Lei 12.850/2013 | 238 |
| 4.7.3.1. | Procedimento da colaboração premiada. Acordo escrito..... | 243 |
| 4.7.4. | Ação Controlada | 254 |
| 4.7.5. | Infiltração de agentes | 256 |
| 4.7.6. | Busca e apreensão..... | 265 |
| 4.8. | Valor probatório do inquérito policial | 275 |
| 4.9. | Indiciamento | 278 |
| 4.10. | Foro por prerrogativa de função. Instauração de inquérito policial e indiciamento | 281 |
| 4.10.1. | Investigação contra membros do MPF | 284 |
| 4.10.2. | Quando remeter o inquérito para o foro por prerrogativa de função? | 285 |
| 4.10.3. | Foro por prerrogativa de função e outros investigados. Desmembramento em primeiro grau? | 287 |
| 4.11. | Incomunicabilidade | 288 |
| 4.12. | Vícios no inquérito policial | 288 |
| 4.13. | Trancamento de Inquérito via HC..... | 288 |
| 4.14. | Trancamento do inquérito de ofício pelo juiz versus necessidade de arquivamento do inquérito policial..... | 289 |
| 4.15. | Prazo para conclusão do inquérito..... | 290 |
| 4.15.1. | Investigado preso | 290 |
| 4.15.1.1. | Necessidade de diligências e investigado preso | 291 |
| 4.15.2. | Investigado solto. Dilação de Prazo | 292 |
| 4.15.2.1 | Tramitação direta | 293 |
| 4.16. | Conclusão do inquérito. Relatório da autoridade policial..... | 296 |
| 4.17. | Recebimento do inquérito relatado pelo MPF. Alternativas..... | 298 |
| 4.18. | Oferecimento de denúncia | 298 |
| 4.19. | Requisitar novas diligências ou realizá-las diretamente | 298 |
| 4.20. | Arquivamento do inquérito policial..... | 300 |
| 4.20.1. | Hipóteses de arquivamento | 300 |
| 4.20.1.1. | Obrigatoriedade da ação penal público versus eficiência na persecução. Espaços de seletividade.. Arquivamento..... | 304 |
| 4.20.2. | Como promover o arquivamento do inquérito?..... | 308 |
| 4.20.3. | MP promove ou requer o arquivamento? | 309 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 4.20.4. | Controle do arquivamento..... | 310 |
| 4.20.5. | Discordância do Juiz Federal com a promoção de arquivamento | 310 |
| 4.20.5.1. | Insistência da Câmara no arquivamento..... | 312 |
| 4.20.5.2. | Necessidade de oferecimento de denúncia..... | 312 |
| 4.20.5.3. | Realização de novas diligências | 313 |
| 4.20.6. | Concordância do Juiz Federal com a promoção de arquivamento | 314 |
| 4.20.7. | Arquivamento diretamente na CCR..... | 316 |
| 4.20.8. | Efeito da decisão de arquivamento..... | 317 |
| 4.20.8.1. | Desarquivamento. Novas provas | 318 |
| 4.20.8.2. | Arquivamento do inquérito e coisa julgada material. | 319 |
| 4.20.9. | Arquivamento implícito..... | 320 |
| 4.21. | Promover o declínio de atribuições. Arquivamento indireto..... | 321 |
| 5. | PASSO A PASSO | 325 |
| 5.1. | Passo a passo. Recebimento de peças de informação. Alternativas ao Procurador da República | 325 |
| 5.2. | Passo a passo da atuação do Procurador da República desde a requisição do inquérito policial..... | 325 |
| 5.3. | Passo a passo sobre o momento de remessa ao foro por prerrogativa de função | 326 |
| 5.4. | Passo a passo da colaboração premiada..... | 326 |
| 6. | QUADROS SINÓPTICOS | 327 |
| 6.1. | Quadro sinótico da tramitação direta de inquéritos policiais | 327 |
| 6.2. | Quadro sinótico do controle externo da atividade policial..... | 328 |
| 7. | FLUXOGRAMA DO CONTROLE DO ARQUIVAMENTO..... | 328 |
| 8. | MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES..... | 329 |
| 8.1. | Modelo de requisição de inquérito policial | 329 |
| 8.2. | Modelo de portaria de PIC | 331 |
| 8.3. | Modelo de carta precatória ministerial..... | 332 |
| 8.4. | Modelo de declínio de atribuições perante a 2ª CCR..... | 332 |
| 8.5. | Modelo de arquivamento de inquérito policial perante a Justiça | 334 |
| 8.6. | Modelo de acordo de colaboração premiada | 336 |
| 9. | QUESTÕES DE CONCURSO..... | 341 |
| | GABARITO | 348 |
| | CAPÍTULO II - DA DENÚNCIA | 349 |
| 1. | O QUE É UMA DENÚNCIA? IMPORTÂNCIA..... | 349 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 2. | PRESSUPOSTO PARA A DENÚNCIA. JUSTA CAUSA | 351 |
| 2.1. | Análise das provas na denúncia?..... | 352 |
| 3. | O QUE DEVE CONTER UMA DENÚNCIA. DIVISÃO DA DENÚNCIA..... | 353 |
| 3.1. | Primeira Parte. Parte introdutória | 354 |
| 3.1.1. | Endereçamento | 354 |
| 3.1.2. | Indicação do número dos Autos..... | 356 |
| 3.1.3. | Introdução à denúncia | 356 |
| 3.1.4. | Qualificação do denunciado..... | 356 |
| 3.1.4.1. | Menção ao imputado na denúncia..... | 358 |
| 3.1.4.2. | Oferecimento da denúncia contra todos investigados..... | 360 |
| 3.2. | Segunda parte. Imputação normativa - Enquadramento típico..... | 360 |
| 3.3. | Terceira parte: Descrição do fato com todas as suas circunstâncias | 362 |
| 3.3.1. | Denúncia alternativa..... | 364 |
| 3.3.2. | Individualização temporal (Quando)..... | 365 |
| 3.3.3. | Delimitação espacial (Lugar)..... | 366 |
| 3.3.4. | Descrição da participação de cada agente (Quem)..... | 367 |
| 3.3.4.1. | Denúncia geral <i>versus</i> denúncia genérica. Crimes societários..... | 367 |
| 3.3.4.2. | Número de denunciados. Maxiprocessos. Desmembramento | 368 |
| 3.3.4.3. | Linguagem da denúncia. Forma de descrição do fato com todas as suas circunstâncias..... | 371 |
| 3.3.4.4. | Tamanho da denúncia. Entre a denúncia sucinta e a muito longa..... | 373 |
| 3.3.4.5. | Particularidades da denúncia de alguns tipos penais | 373 |
| 3.3.4.6. | O que não deve conter uma denúncia | 379 |
| 3.4. | Quarta parte: classificação e requerimento..... | 381 |
| 3.4.1. | Classificação penal do fato..... | 381 |
| 3.4.2. | Pedido de citação e de condenação | 383 |
| 3.4.3. | Rol de testemunhas | 383 |
| 3.4.3.1. | Número de testemunhas..... | 385 |
| 3.4.4. | Parte autenticativa (data, local e assinatura)..... | 386 |
| 4. | PRAZO PARA A DENÚNCIA..... | 387 |
| 4.1. | Contagem de prazo no processo penal..... | 388 |
| 5. | COTA DE OFERECIMENTO DA DENÚNCIA | 390 |
| 6. | REJEIÇÃO DA DENÚNCIA..... | 392 |

| | | |
|---|--|------------|
| 6.1. | Denúncia ou queixa manifestamente inepta..... | 393 |
| 6.2. | Falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação.. | 393 |
| 6.3. | Recurso em caso de rejeição da denúncia..... | 395 |
| 7. | ADITAMENTO DA DENÚNCIA..... | 396 |
| 7.1. | <i>Mutatio Libelli e Emendatio Libelli</i> | 396 |
| 7.2. | <i>Emendatio libelli</i> | 396 |
| | 7.2.1. <i>Emendatio libelli</i> e suspensão condicional do processo..... | 397 |
| 7.3. | <i>Mutatio libelli</i> | 398 |
| | 7.3.1. Procedimento e recurso..... | 401 |
| 8. | PASSO A PASSO DA DENÚNCIA..... | 402 |
| 9. | FLUXOGRAMA DA CONTAGEM DE PRAZOS..... | 403 |
| 10. | MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES..... | 404 |
| 10.1. | Modelo de denúncia de moeda falsa..... | 404 |
| 10.2. | Modelo de denúncia de estelionato contra INSS..... | 405 |
| 10.3. | Modelo de denúncia de roubo..... | 407 |
| 10.4. | Modelo de denúncia de sonegação de contribuição previdenciária..... | 409 |
| 10.5. | Modelo de cota de oferecimento da denúncia..... | 411 |
| 10.6. | Modelo de aditamento da denúncia por erro material..... | 412 |
| 11. | QUESTÕES DE CONCURSO..... | 413 |
| | GABARITO..... | 415 |
| | | |
| CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO | | |
| FEDERAL..... | | |
| 417 | | |
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 417 |
| 2. | <i>ITER</i> A SER SEGUIDO NA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA..... | 417 |
| 3. | COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL..... | 421 |
| 3.1. | Causas em detrimento de bens, serviços e interesses da União..... | 422 |
| | 3.1.1. Bens, serviços e interesses..... | 422 |
| | 3.1.2. União, autarquias e empresas públicas..... | 424 |
| | 3.1.3. Crimes apenas..... | 426 |
| | 3.1.4. Ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral..... | 427 |
| | 3.1.5. Questões recorrentes..... | 427 |
| | 3.1.5.1. Competência no caso de adulteração de documentos e uso..... | 431 |
| | 3.1.5.2. Crimes ambientais..... | 439 |
| 3.2. | Crimes políticos..... | 442 |
| 3.3. | Crime à distância previsto em tratado ou convenção internacional..... | 443 |
| | 3.3.1. Tráfico transnacional..... | 447 |

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|------------|
| 3.3.2. | Publicação de cena envolvendo pedofilia | 451 |
| 3.3.3. | Racismo pela internet..... | 453 |
| 3.4. | As causas relativas aos direitos humanos a que se refere o art. 109, §5º. Incidente de Deslocamento de Competência..... | 454 |
| 3.5. | Crimes contra a organização do trabalho..... | 458 |
| 3.6. | Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, nas hipóteses previstas em lei..... | 460 |
| 3.7. | Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves | 463 |
| 3.8. | Crime de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro | 465 |
| 3.9. | Execução de cartas rogatórias..... | 466 |
| 3.10. | Crime envolvendo disputa sobre direitos indígenas | 466 |
| 3.11. | Competência em caso de execução de pena privativa de liberdade aplicada pela Justiça Federal..... | 468 |
| 3.11.1. | Transferência para presídio federal. Procedimento..... | 468 |
| 3.12. | Feito que tramitou perante Justiça absolutamente incompetente. | |
| | Coisa julgada | 470 |
| 3.12.1. | Possibilidade de ratificação da denúncia. Interrupção da prescrição e juízo absolutamente incompetente..... | 472 |
| 4. | COMPETÊNCIA TERRITORIAL OU DE FORO | 473 |
| 4.1. | Hipóteses mais comuns..... | 475 |
| 4.2. | Conexão entre subseções diversas | 477 |
| 4.3. | Criação de nova subseção judiciária. Perpetuatio jurisdictionis..... | 478 |
| 5. | COMPETÊNCIA DE JUÍZO OU DE VARA..... | 480 |
| 6. | PASSO A PASSO | 480 |
| 6.1. | Passo a passo para identificar o juiz competente | 480 |
| 6.2. | Passo a passo para identificar a Subseção Judiciária competente..... | 481 |
| 7. | QUADROS SINÓPTICOS | 481 |
| 7.1. | Quadro sinóptico das hipóteses de competência da Justiça Federal | 481 |
| 7.2. | Quadro sinótico do Incidente de Deslocamento de competência | 481 |
| 8. | FLUXOGRAMA DA TRANSFERÊNCIA PARA PRESÍDIO FEDERAL..... | 482 |
| 9. | QUESTÕES DE CONCURSO..... | 482 |
| | GABARITO | 489 |
| | CAPÍTULO IV - DAS MEDIDAS DE COAÇÃO..... | 491 |
| 1. | MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS. IMPORTÂNCIA DO TEMA..... | 491 |
| 2. | SEQUESTRO..... | 492 |
| 2.1. | Bens passíveis de sequestro | 493 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.2. | Procedimento do sequestro | 494 |
| 2.3. | Prova de que se trata de provento da infração. Prova indiciária..... | 497 |
| 2.4. | Confisco e sequestro de valor equivalente ou por substituição..... | 500 |
| 3. | SEQUESTRO ESPECIAL DO DECRETO-LEI 3.240/41 | 502 |
| 4. | HIPOTECA LEGAL E ARRESTO..... | 503 |
| 4.1. | Conceito de pena pecuniária e despesas processuais..... | 503 |
| 4.2. | Especialização da hipoteca legal. Definição e finalidade | 504 |
| 4.2.1. | Objeto | 505 |
| 4.2.2. | Requisitos | 505 |
| 4.2.3. | Legitimados para a medida. Legitimidade do MP | 506 |
| 4.2.4. | Momento | 510 |
| 4.2.5. | Procedimento..... | 511 |
| 4.3. | Arresto..... | 511 |
| 4.3.1. | Objeto | 512 |
| 4.3.2. | Procedimento..... | 512 |
| 5. | MEDIDAS ASSECURATÓRIAS NA LEI DE LAVAGEM..... | 513 |
| 6. | RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS..... | 516 |
| 6.1. | Apreensão para fins processuais..... | 516 |
| 6.2. | Apreensão para fins penais. Confisco especial..... | 519 |
| 6.3. | Hipóteses específicas..... | 520 |
| 7. | ALIENAÇÃO ANTECIPADA..... | 522 |
| 7.1. | Procedimento de alienação antecipada..... | 523 |
| 8. | MEDIDAS DE COAÇÃO PESSOAIS..... | 524 |
| 8.1. | Necessidade, adequação e proporcionalidade da medida. A prisão como <i>ultima ratio</i> | 524 |
| 8.2. | Vedação à decretação de medidas cautelares de ofício pelo juiz, durante as investigações..... | 526 |
| 8.3. | Adoção do contraditório prévio..... | 527 |
| 8.4. | Medidas alternativas à prisão preventiva..... | 528 |
| 8.4.1. | Medidas alternativas em espécie..... | 528 |
| 8.4.2. | Descumprimento das medidas e prisão preventiva | 534 |
| 8.4.3. | Recurso cabível..... | 534 |
| 8.4.4. | Prazo das medidas e detração | 535 |
| 8.5. | Prisão em flagrante. Conversão da prisão em flagrante..... | 536 |
| 8.5.1. | O que deve ser analisado na prisão em flagrante?..... | 539 |
| 8.6. | Prisão preventiva | 541 |
| 8.6.1. | Prazo da prisão preventiva. Provisoriedade..... | 544 |
| 8.6.2. | Manifestação do Procurador da República sobre prisão preventiva | 547 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| 8.7. | Previsão da prisão domiciliar | 549 |
| 8.8. | Banco nacional de mandados de prisão..... | 550 |
| 8.9. | Prisão de pessoa no estrangeiro..... | 551 |
| 8.10. | Prisão temporária..... | 552 |
| 8.10.1. | Prazo da prisão temporária | 555 |
| 8.11. | Liberdade provisória | 559 |
| 8.12. | Audiência de Custódia ou de apresentação. Decisões possíveis..... | 560 |
| 9. | PASSO A PASSO | 570 |
| 9.1. | Passo a passo do pedido de sequestro | 570 |
| 9.2. | Passo a passo da restituição de coisas apreendidas | 571 |
| 10. | QUADRO SINÓTICO DAS QUESTÕES A SEREM ANALISADAS AO RECEBER PRISÃO EM FLAGRANTE | 571 |
| 11. | FLUXOGRAMA EM CASO DE PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA | 572 |
| 12. | MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES..... | 573 |
| 12.1. | Modelo de pedido de especialização de hipoteca legal | 573 |
| 13. | QUESTÕES DE CONCURSO..... | 575 |
| | GABARITO | 580 |
| | CAPÍTULO V - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL..... | 581 |
| 1. | FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL | 581 |
| 2. | PRINCÍPIOS | 581 |
| 3. | COMPETÊNCIA. CONCEITO DE CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO | 582 |
| 3.1. | Identificar a pena máxima cominada | 584 |
| 3.1.1. | Concurso de crimes. Conexão e continência..... | 584 |
| 3.2. | Hipóteses de exclusão da competência do Juizado Especial | 585 |
| 4. | FASES | 586 |
| 4.1. | Da fase preliminar | 586 |
| 4.1.1. | Termo Circunstanciado..... | 586 |
| 4.1.2. | O que fazer com o Termo Circunstanciado? Alternativas ao Procurador da República | 587 |
| 4.2. | Audiência preliminar..... | 588 |
| 4.2.1. | Transação penal | 589 |
| 4.2.1.1. | Requisitos da transação penal..... | 590 |
| 4.2.1.2. | Procedimento de aplicação da transação penal. Divergência do juiz..... | 591 |
| 4.2.1.3. | Alteração das condições..... | 594 |
| 4.2.1.4. | Não cumprimento do acordo | 595 |
| 4.2.2. | Procedimento sumaríssimo. Denúncia oral..... | 596 |

| | | |
|---|---|------------|
| 4.3. | Audiência de instrução e julgamento | 597 |
| 4.4. | Recursos na Lei 9099 | 598 |
| 4.4.1. | Apelação | 598 |
| 4.4.2. | Embargos de declaração | 599 |
| 5. | PASSO A PASSO DA TRANSAÇÃO PENAL | 600 |
| 6. | QUADRO SINÓTICO DAS ALTERNATIVAS DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DIANTE DO TERMO CIRCUNSTANCIADO: | 601 |
| 7. | FLUXOGRAMA DO RITO SUMARÍSSIMO | 601 |
| 8. | MODELO DE PEÇAS | 602 |
| 8.1. | Modelo de pedido de designação de audiência preliminar para proposta de transação penal..... | 602 |
| 9. | QUESTÕES DE CONCURSO | 603 |
| | GABARITO | 605 |
| CAPÍTULO VI - ATUAÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DURANTE O PROCESSO..... | | |
| | | 607 |
| 1. | INTRODUÇÃO | 607 |
| 2. | RECEBIMENTO DA DENÚNCIA..... | 607 |
| 2.1. | Desclassificação dos fatos pelo juiz no momento do recebimento da denúncia..... | 608 |
| 3. | SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO | 610 |
| 3.1. | Momento da suspensão condicional do processo..... | 612 |
| 3.2. | Requisitos de admissibilidade..... | 613 |
| 3.2.1. | Pena mínima igual ou inferior a um ano | 614 |
| 3.2.2. | Não estar sendo processado por outro crime | 615 |
| 3.2.3. | Não ter sido condenado por outro crime..... | 615 |
| 3.2.4. | Circunstâncias favoráveis..... | 616 |
| 3.3. | Procedimento. Audiência admonitória..... | 616 |
| 3.3.1. | Proposta por carta precatória..... | 618 |
| 3.4. | Período de provas. Condições legais e judiciais..... | 618 |
| 3.4.1. | Condições da Suspensão Condicional do processo na Lei Ambiental..... | 620 |
| 3.4.2. | Modificação das condições | 621 |
| 3.5. | Causas de revogação | 621 |
| 3.6. | Recurso cabível da decisão sobre suspensão condicional do processo | 622 |
| 3.7. | Comparação entre a suspensão condicional do processo e a transação penal..... | 623 |
| 4. | CITAÇÃO DO ACUSADO | 625 |
| 4.1. | Citação com hora certa | 625 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----|
| 4.2. | Citação por edital. Hipóteses..... | 629 |
| 4.2.1. | Suspensão do processo. Prazo de suspensão e providências... | 629 |
| 5. | RESPOSTA ESCRITA..... | 631 |
| 5.1. | Defesa inicial e oitiva prévia do Ministério Público | 633 |
| 6. | POSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA OU DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. | 634 |
| 7. | AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO | 638 |
| 7.1. | Indeferimento de provas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias..... | 639 |
| 7.2. | Documentação das provas orais por modernas técnicas de registro | 642 |
| 7.3. | Prova testemunhal..... | 643 |
| 7.3.1. | Contradita | 644 |
| 7.3.2. | Sistema de inquirição direta (<i>cross-examination</i>)..... | 646 |
| 7.3.3. | Ordem de inquirição | 647 |
| 7.3.4. | Forma de perguntar pelas partes. Dicas práticas | 649 |
| 7.3.5. | Substituição de testemunhas | 655 |
| 7.3.6. | Desistência de testemunha | 656 |
| 7.3.7. | Direito de presença e réu preso. Direito ao confronto | 657 |
| 7.3.8. | Preservação da testemunha. Inclusão em sistema de proteção de testemunhas | 658 |
| 7.3.9. | Oitiva da Testemunha por videoconferência. Teledepoimento | 661 |
| 7.3.10. | Oitiva de testemunhas por carta rogatória..... | 665 |
| 7.3.11. | Videoconferência para oitiva de testemunha no exterior..... | 666 |
| 7.4. | Oitiva dos peritos e assistentes técnicos..... | 667 |
| 7.5. | Acareações e reconhecimentos..... | 667 |
| 7.6. | Interrogatório..... | 668 |
| 7.7. | Requerimento de diligências | 671 |
| 7.8. | Alegações orais ou memoriais escritos | 672 |
| 7.8.1. | Peça obrigatória | 674 |
| 7.8.2. | Como fazer os memoriais escritos? Dicas práticas | 675 |
| 7.8.2.1. | Relatório..... | 675 |
| 7.8.2.2. | Questões preliminares..... | 676 |
| 7.8.2.3. | Exame do mérito | 677 |
| 7.8.2.3.1. | Análise detida das provas..... | 678 |
| 7.8.2.3.2. | Importância da prova indiciária | 678 |
| 7.8.2.3.3. | Citação de doutrina e jurisprudência..... | 685 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 7.8.2.4. | Prequestionamento..... | 685 |
| 7.8.2.5. | Da classificação do delito e da pena..... | 686 |
| 7.8.2.6. | Prisão e outras medidas cautelares pessoais. Detração..... | 688 |
| 7.8.2.7. | Dos efeitos da sentença condenatória – confisco, valor mínimo de indenização e perda do cargo – e bens apreendidos..... | 689 |
| 7.8.2.8. | Do pedido | 691 |
| 7.9. | Sentença oral. Princípio da identidade física..... | 691 |
| 7.9.1. | Intimação da sentença..... | 692 |
| 8. | RECURSOS..... | 693 |
| 8.1. | Juízo de admissibilidade | 693 |
| 8.1.1. | Recurso adequado..... | 694 |
| 8.1.2. | Regularidade formal..... | 695 |
| 8.1.3. | Tempestividade | 696 |
| 8.1.4. | Interesse recursal..... | 699 |
| 8.1.5. | Réu foragido e fuga do réu..... | 701 |
| 8.2. | Juízo de mérito | 701 |
| 8.3. | Recursos em espécie..... | 702 |
| 8.3.1. | Recurso em sentido estrito | 702 |
| 8.3.1.1. | Processamento..... | 704 |
| 8.3.2. | Agravo em execução..... | 705 |
| 8.3.3. | Apelação..... | 705 |
| 8.3.3.1. | Processamento..... | 706 |
| 8.3.4. | Embargos de declaração | 707 |
| 8.3.5. | Carta testemunhável..... | 710 |
| 8.3.6. | Correição Parcial..... | 710 |
| 8.4. | Dicas práticas na elaboração dos recursos..... | 715 |
| 9. | AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO AUTÔNOMAS | 717 |
| 9.1. | <i>Habeas Corpus</i> | 718 |
| 9.2. | Mandado de segurança..... | 718 |
| 10. | PASSO A PASSO | 720 |
| 10.1. | Passo a passo da suspensão condicional do processo | 720 |
| 10.2. | Passo a passo dos memoriais escritos | 721 |
| 11. | FLUXOGRAMAS..... | 722 |
| 11.1. | Fluxograma do procedimento ordinário..... | 722 |
| 11.2. | Fluxograma da audiência de instrução e julgamento..... | 722 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 12. MODELO DE PEÇAS | 723 |
| 12.1. Modelo de memoriais escritos de rádio | 723 |
| 12.2. Modelo de memoriais de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A) | 727 |
| 12.3. Modelo de interposição de apelação, já com razões recursais | 734 |
| 12.4. Modelo de contrarrazões recursais | 736 |
| 12.5. Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, sem razões | 740 |
| 12.6. Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, já com razões, formando instrumento | 741 |
| 13. QUESTÕES DE CONCURSO | 747 |
| GABARITO | 753 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 755 |

PARTE III A ATUAÇÃO CÍVEL

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO: O VASTO CAMPO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL | 769 |
| CAPÍTULO I - A ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA E A COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL | 773 |
| 1. ATRIBUIÇÃO E LEGITIMIDADE EM MATÉRIA CÍVEL: CONCEITOS, DISTINÇÕES E ALCANCE | 774 |
| 1.1. Atribuição do Procurador da República: parcela da legitimidade do MPF | 774 |
| 1.2. A atribuição para a atuação fora do processo judicial | 775 |
| 1.3. Os conflitos de atribuição e a competência para solucioná-los | 777 |
| 2. LEGITIMIDADE DO MPF E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL | 778 |
| 2.1. A regra do art. 37 da LC 75 e suas exceções | 778 |
| 2.1.1. O litisconsórcio entre Ministérios Públicos | 779 |
| 2.1.2. O art. 39 da LC 75: a atribuição na função ombudsman | 780 |
| 2.2. A competência da Justiça Federal em matéria cível | 780 |
| 2.2.1. A regra geral da competência cível: art. 109, I, CF | 783 |
| 2.2.2. A causa fundada em tratado ou contrato internacional (art. 109, III, CF) | 785 |
| 2.2.3. A causa que envolve disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF) | 786 |
| 3. O INTERESSE FEDERAL CONFIGURADOR DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL | 786 |
| 3.1. O interesse federal na jurisprudência do STJ | 787 |
| 3.1.1. MPF: legitimidade coletiva e a condição de “órgão da União” ... | 791 |

| | | |
|--------|--|------------|
| 3.1.2. | As diferenças entre a competência cível e a criminal na configuração do interesse federal | 794 |
| 3.2. | O art. 109, I, CF e o interesse federal: conclusões e exemplos | 798 |
| 3.3. | A análise em concreto do interesse federal | 801 |
| 4. | O ASPECTO TERRITORIAL NA FIXAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO CÍVEL DO PROCURADOR DA REPÚBLICA | 802 |
| 4.1. | A atribuição nas causas de âmbito nacional | 802 |
| 4.2. | A atribuição territorial e a extensão da subseção judiciária | 807 |
| 5. | QUADRO SINÓPTICO DA ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA | 809 |
| 6. | PASSO A PASSO DA DEFINIÇÃO DA ATRIBUIÇÃO | 810 |
| 7. | MODELO DE PEÇAS | 811 |
| 7.1. | Despacho de declínio de atribuição | 811 |
| 8. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 813 |
| | GABARITO | 813 |
| | CAPÍTULO II - AS FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS NA ÁREA CÍVEL..... | 815 |
| 1. | A “REVOLUÇÃO” PROMOVIDA PELA CF/88 NA ATUAÇÃO CÍVEL DO MPF | 815 |
| 1.1. | A responsabilidade do Ministério Público em cotejo com a das demais funções essenciais à justiça e os reflexos na eleição de prioridades | 816 |
| 2. | A FUNÇÃO DE <i>OMBUDSMAN</i> , DEFENSOR DO POVO OU DEFENSOR DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS (ART. 129, II, CF)..... | 817 |
| 2.1. | Os modelos de direito comparado e a opção do constituinte pelo Ministério Público | 818 |
| 2.2. | O objeto e amplitude da função <i>Ombudsman</i> | 821 |
| 2.3. | A disciplina da função <i>Ombudsman</i> na LC 75 | 822 |
| 2.3.1. | A regra geral da atribuição do MPF na função <i>Ombudsman</i> | 822 |
| 2.3.2. | O PFDC como <i>Ombudsman</i> Nacional | 823 |
| 2.3.3. | A notificação para providências e a atuação fora das atribuições ordinárias | 824 |
| 2.3.4. | A recomendação e outros instrumentos de atuação pertinentes..... | 825 |
| 2.4. | A função <i>Ombudsman</i> e a função de legitimado coletivo: vantagens da cumulação | 827 |
| 2.5. | A abrangência subjetiva e a vedação do ajuizamento individual | 827 |
| 2.6. | O exercício da função e as diversas áreas temáticas de atuação cível .. | 828 |
| 3. | A FUNÇÃO DE LEGITIMADO COLETIVO (ART. 129, III, CF)..... | 829 |
| 3.1. | Contexto, evolução histórica e conceito de legitimidade coletiva..... | 830 |
| 3.2. | Limites da legitimidade coletiva: a indisponibilidade pelos legitimados e o conceito de concretização dos direitos | 831 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.3. | Do conceito legal de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos | 832 |
| 3.3.1. | Da (in)divisibilidade dos direitos difusos e coletivos e das relevantes consequências processuais dessa classificação | 833 |
| 3.3.2. | A doutrina de Barbosa Moreira e o modo de distinguir os direitos essencialmente (indivisíveis) dos acidentalmente (divisíveis) coletivos | 834 |
| 3.3.3. | A relevância da homogeneidade para configuração dos direitos e interesses individuais homogêneos..... | 836 |
| 3.3.4. | A crítica a esses conceitos e o devido processo coletivo | 837 |
| 3.4. | A legitimidade coletiva do Ministério Público na dicção da jurisprudência | 838 |
| 3.4.1. | A legitimidade para proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos | 838 |
| 3.4.2. | A legitimidade para proteção dos direitos individuais homogêneos: o critério da relevância social | 839 |
| 4. | A FUNÇÃO DE DEFENSOR DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS (ART. 129, V, CF) | 842 |
| 4.1. | O contexto da Assembleia Constituinte | 842 |
| 4.2. | O conteúdo normativo da função de <i>defender</i> e sua abrangência subjetiva..... | 843 |
| 4.3. | A abrangência objetiva da função: direitos do art. 231, CF e outros de natureza coletiva | 844 |
| 5. | AS “FUNÇÕES” INVESTIGATÓRIAS | 845 |
| 5.1. | O mandado de segurança e outros instrumentos disponíveis ao Ministério Público para assegurar efetividade a sua atuação investigatória | 847 |
| 5.2. | O poder investigatório próprio (art. 129, VI)..... | 847 |
| 5.2.1. | A disciplina legal específica do poder investigatório próprio (art. 8º, LC 75) | 848 |
| 5.2.1.1. | As notificações e requisições: conteúdo e o atributo da autoexecutoriedade | 850 |
| 5.2.1.2. | A requisição de informações sigilosas | 852 |
| 5.3. | O poder de requisitar diligências investigatórias a outros órgãos (art. 129, VIII) | 854 |
| 5.3.1. | A amplitude de objeto e dos destinatários da requisição de diligências investigatórias | 855 |
| 5.3.2. | A regulamentação dada pela LC 75 ao poder de requisitar diligências investigatórias | 855 |
| 5.3.3. | Os limites e possibilidades do direcionamento da requisição | 856 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 6. | OUTRAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS POR LEI (ART. 129, IX, CF) | 857 |
| 6.1. | A necessária compatibilidade com a finalidade institucional expressa no art. 127, CF | 857 |
| 6.1.1. | A defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis como principal finalidade orientadora da intervenção em matéria cível | 858 |
| 6.1.1.1. | A indisponibilidade do direito | 858 |
| 6.1.1.2. | Os interesses sociais | 858 |
| 6.1.1.2.1. | Interesse público primário e secundário | 859 |
| 6.1.1.2.2. | A sinonímia estabelecida pelo CPC no art. 178, I: processos que envolvam “interesse público <i>ou</i> social” | 860 |
| 6.2. | A função de fiscal da ordem jurídica (“custos juris”) e a intervenção no processo civil | 862 |
| 7. | QUADRO SINÓPTICO | 863 |
| 8. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 863 |
| | GABARITO | 864 |
| | CAPÍTULO III - AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MPF NA ÁREA CÍVEL..... | 865 |
| 1. | VISÃO GERAL E O MODELO CONSTITUCIONAL DE ATUAÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 865 |
| 1.1. | As duas formas de atuação processual (agente e interveniente) e a atuação extraprocessual | 865 |
| 1.2. | O modelo constitucional de atuação cível do Ministério Público e sua incorporação pelo CPC | 866 |
| 1.3. | A priorização da atuação como agente e a reorientação da atuação como interveniente como decorrência do modelo constitucional e de sua incorporação pelo CPC | 868 |
| 2. | A ATUAÇÃO COMO AGENTE..... | 869 |
| 2.1. | A atuação extraprocessual (fora do processo judicial) e a processual: visão geral e integrada | 869 |
| 2.1.1. | As ações judiciais e o respectivo regime processual | 870 |
| 2.1.2. | O inquérito civil, a audiência pública, a recomendação e o TAC e a resolutividade da atuação extraprocessual | 870 |
| 2.1.3. | A importância da integração entre a atuação extraprocessual e a processual | 872 |
| 2.2. | O campo de atuação do Ministério Público Federal como agente: a tutela coletiva, sua abrangência e os desafios que apresenta..... | 873 |
| 2.2.1. | A expressão “tutela coletiva” e sua ampla abrangência | 873 |
| 2.2.2. | A interdisciplinariedade | 874 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.2.3. | A justiciabilidade das políticas públicas e a exigibilidade dos direitos sociais | 874 |
| 2.2.4. | A complexidade das medidas necessárias à tutela coletiva | 875 |
| 2.2.5. | As acentuadas mudanças sociais e o novo paradigma jurídico..... | 876 |
| 2.3. | A legitimidade coletiva ativa: suas peculiaridades, limites e perspectivas | 877 |
| 2.3.1. | A base constitucional e legal da legitimidade coletiva do Ministério Público | 877 |
| 2.3.2. | A natureza e as classificações da legitimidade coletiva..... | 878 |
| 2.3.3. | A indisponibilidade dos direitos pelo legitimado coletivo | 879 |
| 2.3.4. | Indisponibilidade e a possibilidade de negociação em tutela coletiva..... | 880 |
| 2.3.4.1. | A distinção entre a negociação em tutela coletiva e a transação do direito civil | 880 |
| 2.3.4.2. | A distinção entre disposição e concretização dos direitos..... | 881 |
| 2.3.4.3. | Os limites da concretização e sua correção judicial . | 883 |
| 2.3.4.4. | O método da negociação em tutela coletiva: a negociação por princípios | 884 |
| 2.3.5. | A legitimidade concorrente e os reflexos na mitigação do princípio da obrigatoriedade | 885 |
| 2.3.5.1. | A legitimidade coletiva concorrente na CF e na legislação | 885 |
| 2.3.5.2. | A exagerada e inadequada aplicação do princípio da obrigatoriedade à tutela coletiva | 887 |
| 2.3.5.3. | Indisponibilidade do direito material x direito de ação | 889 |
| 2.3.5.4. | A necessária autonomia institucional para eleição estratégica de prioridades de relevância social | 890 |
| 2.3.5.5. | A reinterpretação da hipótese legal de arquivamento | 891 |
| 2.4. | As principais áreas de atuação cível do Ministério Público Federal como agente | 891 |
| 2.4.1. | A proteção da cidadania, dos direitos e interesses constitucionais fundamentais (saúde, previdência e assistência social, educação e outros) e dos direitos humanos em geral..... | 893 |
| 2.4.2. | O controle da Administração Pública Federal e a proteção do patrimônio público | 896 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.4.3. | A proteção dos consumidores e da ordem econômica..... | 900 |
| 2.4.4. | A proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, turístico e paisagístico e cultural | 902 |
| 2.4.5. | O combate à improbidade administrativa e à corrupção | 904 |
| 2.4.6. | A defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais | 905 |
| 2.4.7. | A atuação orientada para o sistema prisional e os estabelecimentos penais federais | 907 |
| 2.5. | A qualificação da Instituição na atuação cível e a aproximação com a sociedade e os cidadãos | 908 |
| 2.5.1. | As vantagens da litigância habitual | 908 |
| 2.5.2. | Os diferenciais favoráveis ao protagonismo do MPF em tutela coletiva | 909 |
| 2.5.3. | Capacitações, manuais, grupos de trabalho e o banco de dados | 910 |
| 2.5.4. | A necessária e estratégica aproximação com os cidadãos e a sociedade | 911 |
| 3. | A ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE | 912 |
| 3.1. | A atuação como interveniente à luz da configuração constitucional do Ministério Público | 912 |
| 3.1.1. | A Recomendação CNMP n. 34/2016: priorização da atuação como agente e da intervenção nas causas de relevância social | 913 |
| 3.1.2. | A necessária releitura do modo e da finalidade da intervenção: o interveniente “ativo” em defesa dos interesses que a legitimam | 915 |
| 3.2. | Visão geral da disciplina processual da intervenção | 917 |
| 3.2.1. | Previsão legal de cabimento e momento da intervenção | 917 |
| 3.2.2. | A intervenção como faculdade processual do Ministério Público | 918 |
| 3.2.3. | Do prazo de 30 dias para manifestação como interveniente... | 920 |
| 3.2.4. | Os poderes processuais ordinários e os que detém quando intervém em ação para a qual é colegitimado | 920 |
| 3.2.4.1. | O poder de requerer a desconsideração da personalidade jurídica | 922 |
| 3.2.5. | A nulidade pela ausência de intimação para intervenção | 923 |
| 3.3. | A intervenção nas ações coletivas | 924 |
| 3.3.1. | Os poderes processuais do Ministério Público Federal como interveniente nas ações coletivas e sua liberdade como fiscal da ordem jurídica | 925 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----|
| 3.3.1.1. | A desvinculação do Ministério Público à posição do autor | 925 |
| 3.3.2. | As previsões legais de intervenção nas ações coletivas e o respectivo regime processual | 926 |
| 3.3.2.1. | Na ação popular | 926 |
| 3.3.2.2. | Na ação civil pública e na ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos..... | 928 |
| 3.3.2.2.1. | A indisponibilidade dos direitos e a possibilidade de composição promovida pelo Ministério Público | 928 |
| 3.3.2.3. | Na ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa..... | 929 |
| 3.3.2.4. | No mandado de segurança coletivo | 929 |
| 3.3.2.4.1. | A falta de legitimidade do Ministério Público para impetrar mandado de segurança coletivo | 930 |
| 3.3.2.4.2. | As peculiaridades da ação e da análise ministerial..... | 931 |
| 3.3.2.4.3. | Os poderes processuais específicos conferidos ao MP na LMS | 932 |
| 3.4. | A intervenção nas ações individuais..... | 932 |
| 3.4.1. | A regra geral do CPC (art. 178)..... | 932 |
| 3.4.1.1 | O conteúdo e abrangência da expressão “processos que envolvam” | 933 |
| 3.4.1.2. | A intervenção nos processos que envolvem “interesse público ou social” (inc. I)..... | 934 |
| 3.4.1.3. | A intervenção nos processos que envolvem interesse de incapaz (inc. II) | 935 |
| 3.4.1.3.1. | A indisponibilidade pelo titular como justificativa da intervenção..... | 935 |
| 3.4.1.3.2. | Objeto da análise e da manifestação..... | 937 |
| 3.4.1.3.3. | A desnecessária análise do mérito | 938 |
| 3.4.1.3.4. | A (in)capacidade da pessoa com deficiência à luz respectivo Estatuto | 939 |
| 3.4.1.4. | Da intervenção nos processos que envolvem litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (inc. III) | 940 |
| 3.4.1.5. | Intervenção nos Juizados Especiais Federais..... | 940 |
| 3.4.1.5.1. | As causas previdenciárias e assistenciais envolvendo incapazes | 941 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 3.4.1.5.2. | A desnecessária intervenção nas causas envolvendo idosos e incapacidade para o trabalho | 942 |
| 3.4.1.6. | Intervenção nas ações de desapropriação | 942 |
| 3.4.2. | A intervenção no mandado de segurança | 944 |
| 3.4.2.1. | A posição institucional do MPF e do CNMP | 944 |
| 3.4.2.2. | Cabimento e objeto da intervenção no mandado de segurança | 946 |
| 3.4.3. | A intervenção nos procedimentos de jurisdição voluntária e a ação de opção de nacionalidade | 947 |
| 2.6. | Quadro sinóptico | 948 |
| 3. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 950 |
| | GABARITO | 951 |
| | | |
| | CAPÍTULO IV - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO AGENTE | 953 |
| 1. | VISÃO COMPARATIVA DA ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL E PROCESSUAL E A POSTURA RESOLUTIVA DE MINISTÉRIO PÚBLICO | 953 |
| 1.1. | Postura resolutiva: definição e fundamento constitucional | 954 |
| 1.2. | Vantagens e desvantagens da atuação extraprocessual e da processual | 954 |
| 1.3. | As circunstâncias que tornam uma ou outra atuação preferível e a complementariedade entre ambas..... | 956 |
| 1.4. | O modelo de Ministério Público resolutivo e a atuação processual | 957 |
| 2. | O USO DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO COMO TÉCNICAS DESTINADAS A ALCANÇAR EFETIVIDADE DOS DIREITOS COLETIVOS | 959 |
| 3. | VISÃO GERAL DA ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL | 961 |
| 3.1. | Principais utilidades: instruir a atuação, concretizar os direitos tutelados e induzir a correção da conduta ilícita..... | 961 |
| 3.2. | As específicas utilidades de cada instrumento da atuação extraprocessual | 963 |
| 3.2.1. | Do inquérito civil | 963 |
| 3.2.2. | Da audiência pública | 963 |
| 3.2.3. | Da recomendação | 964 |
| 3.2.4. | Do compromisso de ajustamento de conduta | 965 |
| 3.3. | A regulamentação da atuação extraprocessual cível..... | 965 |
| 3.3.1. | A Resolução CSMPF n. 87 | 966 |
| 3.3.2. | Norma do CSMPF x do CNMP. Parâmetros para solução dos conflitos e aplicação subsidiária | 967 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.3.3. | A disciplina regulamentar da revisão e coordenação da atuação extraprocessual e outros regulamentos pertinentes.. | 969 |
| 4. | OS INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS DE ATUAÇÃO | 970 |
| 4.1. | O inquérito civil e os procedimentos correlatos..... | 970 |
| 4.1.1. | A previsão legal e constitucional e a regulamentação institucional | 970 |
| 4.1.2. | A errônea denominação inquérito civil <i>público</i> | 971 |
| 4.1.3. | Os procedimentos correlatos | 972 |
| 4.1.4. | As características do inquérito civil | 974 |
| 4.1.5. | Da análise das peças informativas à instauração do inquérito civil ou seu indeferimento liminar | 975 |
| 4.1.5.1. | A instauração de ofício, a provocada e a determinada | 975 |
| 4.1.5.2. | A notícia de fato e o anonimato | 975 |
| 4.1.5.3. | A análise da notícia de fato e as opções jurídicas de encaminhamento | 977 |
| 4.1.5.4. | A instauração da investigação e a necessidade de portaria | 978 |
| 4.1.6. | A instrução: despachos, notificações, ofícios requisitórios e diligências <i>in loco</i> | 979 |
| 4.1.6.1. | A autoexecutoriedade dos atos de instrução e as consequências para o destinatário do descumprimento | 980 |
| 4.1.6.2. | As correspondências e requisições destinadas às altas autoridades federais | 981 |
| 4.1.6.3. | O prazo para resposta das requisições de informações e documentos | 982 |
| 4.1.7. | O encerramento do inquérito civil: arquivamento e seu controle ou ajuizamento de ação..... | 983 |
| 4.1.7.1. | Da hipótese legal de arquivamento e as circunstâncias que a configuram..... | 984 |
| 4.1.7.2. | Das alternativas de decisão das Câmaras e da PFDC | 985 |
| 4.1.7.3. | Do ajuizamento da ação cabível e a consequente dispensa de arquivamento quando abranger todo o objeto da apuração | 985 |
| 4.1.8. | O valor e a utilidade da prova produzida no inquérito civil..... | 986 |
| 4.1.8.1. | A jurisprudência do STJ e a questionável hierarquia de provas..... | 987 |
| 4.1.8.2. | A possibilidade de aproveitamento da prova produzida no inquérito civil para fins criminais | 989 |

| | | |
|----------|--|------|
| 4.1.9. | Modelos de peças | 990 |
| 4.1.9.1. | Indeferimento de Instauração de Inquérito Civil..... | 990 |
| 4.1.9.2. | Portaria de Instauração de Inquérito Civil | 992 |
| 4.1.9.3. | Promoção de Arquivamento..... | 993 |
| 4.2. | A audiência pública | 995 |
| 4.2.1. | A previsão legal e a regulamentação institucional | 995 |
| 4.2.2. | A inerência da audiência pública ao Estado Democrático de Direito e sua amplitude de objeto | 996 |
| 4.2.3. | A fase preparatória | 998 |
| 4.2.3.1. | O edital de convocação e a respectiva publicidade ... | 998 |
| 4.2.3.2. | Os convites e a voluntariedade do comparecimento | 998 |
| 4.2.4. | Realização e condução | 999 |
| 4.2.4.1. | A disciplina da audiência pública e sua importância para o respectivo êxito | 999 |
| 4.2.4.2. | O descabimento de votação e a importância dos encaminhamentos dados..... | 999 |
| 4.2.5. | A ata..... | 1000 |
| 4.2.6. | Modelos de peças | 1001 |
| 4.2.6.1. | Edital de convocação de audiência pública | 1001 |
| 4.2.6.2. | Ata de audiência pública..... | 1003 |
| 4.3. | A recomendação | 1005 |
| 4.3.1. | A previsão legal e a regulamentação institucional | 1005 |
| 4.3.2. | A amplitude do objeto da recomendação | 1006 |
| 4.3.2.1. | Os serviços públicos federais e os serviços de relevância pública | 1007 |
| 4.3.2.2. | O objeto da recomendação e as funções constitucionais | 1007 |
| 4.3.2.3. | A recomendação como instrumento de prevenção de responsabilidades | 1008 |
| 4.3.2.4. | A recomendação como instrumento de concretização de direitos e correção de condutas | 1010 |
| 4.3.2.5. | A recomendação para alteração de normas | 1011 |
| 4.3.3. | Elaboração: cuidados e peculiaridades | 1012 |
| 4.3.3.1. | Momento e destinatários..... | 1012 |
| 4.3.3.2. | A fundamentação, a(s) medida(s) recomendadas(s) e o prazo | 1012 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------|
| 4.3.3.3. | A indicação de providências passíveis de serem adotadas, a ausência de coercibilidade e a resposta do destinatário | 1013 |
| 4.3.4. | O encaminhamento da recomendação | 1014 |
| 4.3.5. | Eficácia e efetividade da recomendação | 1016 |
| 4.3.5.1. | Dos efeitos que independem do atendimento | 1016 |
| 4.3.5.2. | O atendimento e o conseqüente arquivamento da investigação | 1017 |
| 4.3.5.3. | A negativa de atendimento e suas conseqüências | 1017 |
| 4.3.6. | Modelos de peças | 1018 |
| 4.3.6.1. | Recomendação | 1018 |
| 4.4. | A notificação para adoção de providências | 1022 |
| 4.4.1. | A exclusividade de uso pelos PDCs | 1022 |
| 4.4.2. | Da atuação fora das atribuições no âmbito interno e do Ministério Público Federal | 1023 |
| 4.4.3. | Do cotejo com a recomendação e do potencial ainda inexplorado da notificação | 1024 |
| 4.5. | O compromisso de ajustamento de conduta: o TAC | 1025 |
| 4.5.1. | A previsão legal e disciplina regulamentar | 1025 |
| 4.5.2. | Do objeto do TAC | 1027 |
| 4.5.3. | O TAC como instrumento de negociação em tutela coletiva | 1027 |
| 4.5.3.1. | A natureza jurídica do TAC: negócio jurídico <i>sui generis</i> | 1027 |
| 4.5.3.2. | As vantagens do TAC sobre a via judicial | 1028 |
| 4.5.4. | O TAC como instrumento de concretização dos direitos coletivos | 1029 |
| 4.5.5. | Requisitos e cuidados na elaboração do TAC | 1030 |
| 4.5.5.1. | Existência do TAC: assinatura por um legitimado e previsão de obrigações | 1030 |
| 4.5.5.2. | Validade do TAC: conformidade com a lei, capacidade dos agentes, ausência de vício de vontade e outros requisitos | 1030 |
| 4.5.5.2.1. | Capacidade para obrigar e a representação extrajudicial dos entes públicos..... | 1033 |
| 4.5.5.2.2. | A validade das obrigações previstas no TAC e a priorização da tutela específica... | 1034 |
| 4.5.5.2.3. | A destinação do pagamento em dinheiro: alternativas ao FDD | 1035 |

| | | |
|------------|---|------|
| 4.5.5.2.4. | A multa diária e outras cominações possíveis..... | 1037 |
| 4.5.5.2.5. | A dispensabilidade de qualquer cominação | 1039 |
| 4.5.5.3. | Eficácia do TAC..... | 1040 |
| 4.5.5.3.1. | A liquidez e certeza das obrigações de fazer/não fazer..... | 1040 |
| 4.5.5.3.2. | Exigibilidade imediata e prazos | 1041 |
| 4.5.5.3.3. | Publicidade | 1042 |
| 4.5.6. | A efetividade do TAC, acompanhamento e consequências do (des)cumprimento | 1043 |
| 4.5.6.1. | Do arquivamento do inquérito em que tomado o TAC..... | 1044 |
| 4.5.7. | Modelo de peça..... | 1045 |
| 4.5.7.1. | Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta | 1045 |
| 4.8. | Passo a passo no inquérito civil, da instauração ao arquivamento ou ajuizamento da ação cabível | 1049 |
| 4.9. | Fluxograma da Atuação Extraprocessual | 1051 |
| 5. | VISÃO GERAL DA ATUAÇÃO PROCESSUAL COMO AGENTE..... | 1051 |
| 5.1. | O Novo Processo Civil e a necessária adequação da atuação processual do MPF..... | 1053 |
| 5.1.1. | O estímulo à autocomposição e ao autorregramento da Justiça | 1053 |
| 5.1.1.1. | Autocomposição: contexto, conceito e métodos (conciliação, mediação e negociação)..... | 1053 |
| 5.1.1.2. | A autocomposição no CPC/2015 | 1054 |
| 5.1.1.3. | Do cabimento da autocomposição na ação civil pública e nas demais ações coletivas | 1058 |
| 5.1.1.4. | O acordo e o TAC no curso da ação como instrumentos para formalização da autocomposição e a atuação do Ministério Público . | 1060 |
| 5.1.1.5. | Dos negócios processuais | 1061 |
| 5.1.1.5.1. | A cláusula geral de negócios processuais atípicos (art. 190) | 1061 |
| 5.1.1.5.2. | O calendário processual (art. 191)..... | 1062 |
| 5.1.2. | A racionalização da prestação jurisdicional pela uniformização da jurisprudência e pela vinculação a precedentes..... | 1063 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------|
| 5.1.2.1. | Jurisprudência, súmula, precedente, <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> : compreensão dos conceitos | 1065 |
| 5.1.2.2. | Os diversos efeitos jurídicos atribuídos pelo CPC à jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes | 1069 |
| 5.1.2.3. | A regra geral de vinculação aos precedentes de observância obrigatória (art. 927, CPC)..... | 1073 |
| 5.1.2.4. | As técnicas de distinção (<i>distinguishing</i>) e de superação (<i>overruling</i>) | 1075 |
| 5.2. | A atuação processual resolutiva e estratégica..... | 1076 |
| 5.2.1. | Quando a via processual é a melhor opção? | 1076 |
| 5.2.2. | A resolutividade pela definição da estratégia processual a partir da inicial | 1077 |
| 5.3. | A definição da estratégia processual a partir da elaboração da inicial. | 1078 |
| 5.3.1. | A amplitude da tutela jurisdicional coletiva e importância da petição inicial na adequada exploração desse potencial | 1078 |
| 5.3.2. | A definição do objeto litigioso e da abrangência subjetiva | 1079 |
| 5.3.2.1. | A definição e contorno do(s) direito(s) defendido(s) na ação (difusos, coletivos e individuais homogêneos) a partir do pedido | 1080 |
| 5.3.2.2. | A abrangência territorial | 1082 |
| 5.3.2.3. | A relevância da configuração subjetiva nas ações coletivas | 1083 |
| 5.3.2.4. | A inclusão de entes federais nos polos da ação | 1083 |
| 5.3.2.5. | O polo passivo e a eficácia da sentença: a correta compreensão dos “efeitos <i>erga omnes</i> ” | 1085 |
| 5.3.3. | O pedido de tutela provisória de urgência e de evidência: regime jurídico, distinções e cuidados na formulação | 1090 |
| 5.3.3.1. | Os diferentes requisitos para a tutela provisória de urgência e de evidência e os consequentes cuidados nos respectivos pedidos | 1091 |
| 5.3.3.2. | Do pedido de tutela provisória <i>inaudita altera parte</i> | 1092 |
| 5.3.3.3. | As limitações legais à tutela de urgência e a respectiva superação | 1093 |
| 5.3.3.4. | Limitações à tutela provisória contra o Poder Público | 1094 |
| 5.3.3.5. | A amplitude e adequação das medidas de tutela provisória e o respectivo pedido | 1096 |

| | | |
|------------|---|------|
| 5.3.3.6. | O pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecedente | 1096 |
| 5.3.4. | A inicial e o prequestionamento | 1099 |
| 5.4. | A condução do processo com foco na resolutividade..... | 1100 |
| 5.4.1. | A réplica e a especificação da prova | 1100 |
| 5.4.2. | Composição negociada da lide coletiva na audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC), por acordo ou TAC | 1101 |
| 5.4.3. | O controle do andamento dos processos e a representação contra excesso de prazos pelo juiz..... | 1102 |
| 5.4.4. | A elaboração das razões finais ou memoriais | 1104 |
| 5.4.5. | A importância do cumprimento da sentença | 1104 |
| 5.5. | Os recursos | 1105 |
| 5.5.1. | Visão geral da disciplina legal e as peculiaridades do processo coletivo | 1105 |
| 5.5.1.1. | Dos prazos | 1106 |
| 5.5.1.2. | A intimação pessoal com vista dos autos e o processo eletrônico | 1106 |
| 5.5.1.3. | Os efeitos. A regra da eficácia imediata da sentença e o cabimento de cumprimento provisório | 1107 |
| 5.5.1.4. | O interesse recursal para alteração do fundamento da sentença | 1109 |
| 5.5.1.5. | A facultatividade de recorrer e a desistência de recurso interposto | 1109 |
| 5.5.2. | Dos cuidados especiais em face dos poderes do relator | 1110 |
| 5.5.2.1. | A necessidade de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, CPC) | 1110 |
| 5.5.2.2. | A atuação recursal e os precedentes vinculantes (art. 932, IV e V, CPC)..... | 1111 |
| 5.5.3. | Os recursos em espécie | 1113 |
| 5.5.3.1. | Os embargos de declaração | 1113 |
| 5.5.3.1.1. | Hipóteses de cabimento e prazo diferenciado..... | 1113 |
| 5.5.3.1.2. | Petição e efeitos. | 1114 |
| 5.5.3.2. | O agravo de instrumento | 1114 |
| 5.5.3.2.1. | Hipóteses de cabimento | 1114 |
| 5.5.3.2.2. | Petição. Formação e encaminhamento do instrumento. | 1116 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------|
| 5.5.3.2.3. | Juntada das peças nos autos principais e juízo de retratação | 1116 |
| 5.5.3.3. | A apelação | 1117 |
| 5.5.3.3.1. | Hipótese de cabimento | 1117 |
| 5.5.3.3.2. | Petição. Requisitos e endereçamento. | 1118 |
| 5.5.3.3.3. | Juízo de retratação | 1119 |
| 5.5.3.3.4. | O recurso adesivo e seu potencial ainda pouco explorado | 1120 |
| 5.5.3.3.5. | O prequestionamento e a apelação | 1122 |
| 5.5.7. | Passo a passo da análise recursal pelo Procurador da República | 1123 |
| 5.6. | Fluxograma da atuação processual resolutiva | 1125 |
| 5.7. | Modelos de peças | 1126 |
| 5.7.1. | Embargos de Declaração | 1126 |
| 5.7.2. | Apelação | 1128 |
| 6. | OS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DA ATUAÇÃO COMO AGENTE..... | 1134 |
| 6.1. | A ação civil pública | 1134 |
| 6.1.1. | A distinção terminológica e de procedimento com outras ações de natureza coletiva..... | 1135 |
| 6.1.2. | Objeto | 1136 |
| 6.1.2.1. | Ação civil pública e a ampla tutela específica e indenizatória dos direitos difusos e coletivos | 1136 |
| 6.1.2.2. | A ação civil pública na tutela dos direitos individuais homogêneos: peculiaridades | 1138 |
| 6.1.2.3. | A ação civil pública no controle difuso de constitucionalidade | 1139 |
| 6.1.2.4. | A ação civil pública contra a omissão do Poder Público e para inclusão de previsão orçamentária ... | 1141 |
| 6.1.2.5. | A vedação de pretensões de natureza tributária (art. 1º, par. ún)..... | 1142 |
| 6.1.3. | Procedimento e disposições processuais especiais..... | 1142 |
| 6.1.3.1. | Competência pela prevenção, conexão e continência..... | 1142 |
| 6.1.3.2. | A concessão liminar (conteúdo cautelar e antecipatório). Requisitos e peculiaridades | 1143 |
| 6.1.3.3. | Efeito dos recursos e reexame necessário | 1144 |
| 6.1.3.4. | O dever do MP de promover o cumprimento da sentença de procedência | 1145 |

| | | |
|----------|--|------|
| 6.1.3.5. | A restrição dos efeitos territoriais da sentença (art. 16) | 1146 |
| 6.1.3.6. | A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> | 1147 |
| 6.1.3.7. | Dos honorários periciais e advocatícios e das custas..... | 1148 |
| 6.1.3.8. | Os procedimentos específicos para efetivação (cumprimento) das sentenças e a regra geral do art. 139, IV, CPC..... | 1149 |
| 6.1.4. | Requisitos da petição inicial e principais cuidados | 1151 |
| 6.1.4.1. | Indicação do juízo ao qual se dirige a ação e especificação e qualificação das partes (art. 319, I e II, CPC)..... | 1151 |
| 6.1.4.2. | Os fatos, fundamentos jurídicos do pedido e a especificação deste, incluindo a possibilidade e disciplina da cumulação (art. 319, III e IV, CPC) | 1151 |
| 6.1.4.3. | Valor da causa (art. 319, V) | 1154 |
| 6.1.4.4. | Indicação das provas. Momento processual e repartição do ônus (art. 319, VI, CPC) | 1155 |
| 6.1.4.5. | A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, VII) e o pedido de citação para audiência..... | 1157 |
| 6.1.4.6. | Do desenvolvimento da argumentação e de outras sugestões úteis | 1158 |
| 6.2. | A ação civil pública de execução do TAC | 1159 |
| 6.2.1. | Nomenclatura, disciplina processual aplicável e foro competente..... | 1159 |
| 6.2.2. | A ampla legitimidade, não restrita ao compromitente | 1160 |
| 6.2.3. | Obrigatoriedade da execução e destinação do valor devido..... | 1161 |
| 6.2.4. | Dos procedimentos conforme a modalidade da obrigação a ser executada..... | 1162 |
| 6.2.4.1. | A necessária liquidez do TAC e a possibilidade de liquidação judicial..... | 1164 |
| 6.2.4.2. | A execução de quantia certa contra a Fazenda Pública | 1164 |
| 6.2.5. | A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados | 1165 |
| 6.2.5.1. | Das diferenças essenciais quanto à elaboração da ação civil pública de conhecimento..... | 1165 |
| 6.2.5.2. | Das peculiaridades decorrentes do procedimento correspondente..... | 1167 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------|
| 6.2.5.3. | A juntada do título e o ajuizamento de tantas execuções quantos forem os procedimentos | 1168 |
| 6.3. | A ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos | 1169 |
| 6.3.1. | Objeto e distinção em face da ação civil pública | 1169 |
| 6.3.1.1. | A “ação civil pública” para ressarcimento de investidores (Lei 7.913/89) | 1171 |
| 6.3.1.2. | A condenação genérica (art. 95)..... | 1171 |
| 6.3.1.3. | A alternativa da condenação em creditar ou abater em conta (obrigação de fazer) | 1172 |
| 6.3.2. | Procedimento e disposições processuais especiais | 1173 |
| 6.3.2.1. | A publicação de edital | 1173 |
| 6.3.2.2. | A possibilidade de intervenção de indivíduos na ação | 1173 |
| 6.3.2.3. | O rito e as fases de liquidação e execução | 1174 |
| 6.3.2.4. | O ressarcimento fluido (art. 100) | 1175 |
| 6.3.2.5. | A coisa julgada <i>in utilibus</i> | 1176 |
| 6.3.3. | A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados | 1177 |
| 6.4. | A ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa.. | 1177 |
| 6.4.1. | Objeto, destinatários e natureza civil da ação | 1178 |
| 6.4.2. | A legitimidade do MPF para a ação principal e a cautelar de sequestro de bens | 1179 |
| 6.4.3. | Os atos de improbidade administrativa e as sanções previstas em lei | 1180 |
| 6.4.3.1. | Cumulação e proporcionalidade na aplicação das sanções | 1182 |
| 6.4.4. | A indisponibilidade de bens | 1183 |
| 6.4.5. | Procedimento: as peculiaridades do art. 17, LIA | 1184 |
| 6.4.6. | Da possibilidade de acordo: a colaboração premiada | 1186 |
| 6.4.6.1. | A homologação do termo de colaboração premiada e a petição inicial relacionada..... | 1188 |
| 6.4.7. | A prescrição do direito de ação | 1189 |
| 6.4.8. | A efetivação das condenações por atos de improbidade administrativa..... | 1190 |
| 6.4.9. | A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados | 1192 |
| 6.5. | Visão geral da definição da estratégia e estruturação da petição inicial das ações analisadas | 1193 |
| 6.6. | O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) | 1195 |
| 6.6.1. | Visão geral do instrumento, natureza jurídica e potencial para a atuação institucional | 1195 |

| | | |
|----------|--|------|
| 6.6.2. | A legitimidade do Ministério Público Federal e a repartição interna de atribuições | 1196 |
| 6.6.2.1. | Premissas de análise..... | 1196 |
| 6.6.2.2. | O Núcleo de Acompanhamento de Casos Repetitivos e a disciplina da atuação como interveniente..... | 1196 |
| 6.6.2.3. | Atuação como agente..... Capacidade postulatória do Procurador da República, atuação integrada e natureza da legitimidade | 1197 |
| 6.6.3. | Pressupostos para instauração do IRDR | 1198 |
| 6.7. | Modelo de peça | 1199 |
| 6.7.1. | Inicial de ação civil pública..... | 1199 |
| 7. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 1218 |
| | GABARITO | 1227 |

CAPÍTULO V - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO INTERVENIENTE..... 1229

| | | |
|----------|---|------|
| 1. | DA ANÁLISE PRÉVIA À INTERVENÇÃO E DA VISÃO INSTRUMENTAL DA ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE..... | 1229 |
| 1.1. | Da verificação do cabimento e identificação do interesse motivador da intervenção | 1229 |
| 1.2. | Da análise nas ações coletivas | 1229 |
| 1.3. | Da análise no mandado de segurança e nas causas cuja intervenção se funda no art. 178, I, CPC | 1230 |
| 1.4. | Da análise nas causas que envolvam incapazes | 1230 |
| 2. | DISCIPLINA PROCESSUAL DA INTERVENÇÃO | 1233 |
| 2.1. | O momento da intervenção: após as partes (art. 179, I) | 1233 |
| 2.2. | Os impedimentos e as suspeições..... | 1233 |
| 2.2.1. | Os impedimentos e a inaplicabilidade da vedação para atuação em diferentes instâncias | 1234 |
| 2.2.3. | As suspeições | 1237 |
| 3. | OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS | 1238 |
| 3.1. | O parecer | 1238 |
| 3.1.1. | Natureza e finalidade do parecer à luz dos interesses que justificam a intervenção | 1238 |
| 3.1.2. | Elaboração e estrutura do parecer | 1240 |
| 3.1.2.1. | Do preâmbulo e da ementa..... | 1240 |
| 3.1.2.2. | Do relatório | 1241 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-------------|
| 3.1.2.3. | Da fundamentação | 1241 |
| 3.1.2.4. | Da conclusão | 1243 |
| 3.1.3. | A pessoa do discurso | 1243 |
| 3.2. | A promoção..... | 1244 |
| 3.2.1. | Natureza e finalidade da promoção..... | 1244 |
| 3.2.2. | Estrutura da promoção..... | 1245 |
| 3.3. | Os recursos | 1246 |
| 3.3.1. | A disciplina geral recursal perante a Justiça Federal: ampla legitimidade, prazos em dobro e recursos disponíveis | 1246 |
| 3.3.2. | A disciplina recursal nos Juizados Especiais | 1246 |
| 4. | PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE | 1248 |
| 5. | MODELOS DE PEÇAS..... | 1249 |
| 5.1. | Parecer em mandado de segurança com análise de mérito | 1249 |
| 5.2. | Parecer em mandado de segurança sem análise de mérito..... | 1254 |
| 5.3. | Parecer em causa envolvendo incapaz sem análise de mérito e com análise da regularidade da representação processual..... | 1255 |
| 5.4. | Promoção para regularização da representação do incapaz..... | 1257 |
| 6. | QUESTÕES DE CONCURSOS | 1260 |
| | GABARITO..... | 1263 |
| | BIBLIOGRAFIA | 1265 |